Alta de fertilizantes e combustíveis eleva valor das lavouras seguradas e desafia equilíbrio entre custo e acesso à proteção no campo

A escalada dos conflitos no Oriente Médio elevou o nível de incerteza nos mercados globais de energia e fertilizantes, pressionando os custos de produção no agronegócio brasileiro. Embora o seguro rural no país esteja historicamente concentrado na proteção contra riscos climáticos e perdas de produtividade, esse novo choque geopolítico afeta o setor de forma indireta, ao encarecer insumos, elevar o valor segurado das lavouras e exigir ajustes na precificação de riscos pelas seguradoras.

O Oriente Médio ocupa posição estratégica no mercado mundial de petróleo e derivados, insumos fundamentais para a produção e logística de fertilizantes, como a ureia nitrogenada, além de impactar o transporte global de insumos agrícolas e grãos. Com a intensificação das tensões na região, o preço da ureia nitrogenada já registrou alta de cerca de 33%, segundo monitoramento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Esse movimento ocorre em paralelo ao aumento do custo do diesel, que ficou cerca de 25% mais caro, ultrapassando os R$ 7 reais, de acordo com levantamento do TruckPag - no início da guerra do Oriente Médio, no final de fevereiro, o preço médio era de R$ 5,74. A combinação desses fatores pode adicionar entre R$ 200 e R$ 300 por hectare ao custo de implantação da safra 2026/27, especialmente em culturas como soja, milho e trigo.

O encarecimento da produção tende a ser refletido no valor segurado das lavouras e, consequentemente, pressiona o valor dos prêmios pagos pelos produtores nas apólices de seguro rural, justamente em um momento em que a contratação do seguro ganha ainda mais relevância para o acesso ao crédito agrícola.

Glaucio Toyama, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), avalia que, em cenários de maior instabilidade internacional e volatilidade de preços, o seguro rural se torna ainda mais estratégico para o produtor. “O seguro rural deve ser visto como uma ferramenta essencial de proteção do sistema de produção agropecuária. Em momentos de turbulência, com custos de insumos e preços agrícolas mais voláteis, essa proteção traz tranquilidade ao produtor diante de eventuais perdas climáticas que podem comprometer ainda mais margens já pressionadas”, disse.

Os efeitos desse novo cenário tendem a ser mais visíveis na safra 2026/27. Eventuais atrasos logísticos ou restrições na oferta de fertilizantes podem levar a ajustes no calendário de plantio, redução de área cultivada ou uso menos intensivo de tecnologia, fatores que elevam a percepção de risco de produtividade pelas seguradoras.

Ao mesmo tempo, a crescente vinculação do seguro rural ao crédito agrícola amplia o impacto de qualquer aumento nos prêmios sobre o custo financeiro da atividade. Nesse contexto, os produtores passam a depender ainda mais de apólices compatíveis com sua estrutura de custos e fluxo de caixa. Esse cenário se soma a um momento de fragilidade para o próprio mercado de seguro rural. Dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) mostram que o segmento encerrou 2025 com retração de 8,8% na arrecadação, totalizando R$ 12,9 bilhões em prêmios.

A queda ocorre em um momento particularmente sensível: de um lado, a maior exigência de seguro para acesso ao crédito tende a ampliar a relevância da proteção no campo; de outro, o choque de custos provocado pela guerra no Oriente Médio - especialmente via fertilizantes e combustíveis - pressiona o valor das apólices e desafia a sustentabilidade da carteira. Para 2026, as projeções da entidade indicam queda de quase 4%.

Esta não é a primeira vez que conflitos internacionais afetam os produtores brasileiros. Em 2023, durante os conflitos entre Rússia e Ucrânia, houve forte pressão para garantir a chegada de fertilizantes ao país, de modo que os produtores tivessem insumos disponíveis para o plantio. “Ao mesmo tempo, o aumento do custo dos ingredientes utilizados na formulação desses fertilizantes no país pressionou, significativamente, as margens do produtor, criando naquele momento um cenário bastante complexo para o planejamento e a análise da atividade agrícola”, contou Toyama.

Outro fator de atenção é o risco logístico associado às rotas marítimas da região. Eventuais restrições no Estreito de Ormuz podem elevar fretes, prêmios de risco e os preços internacionais de combustíveis e fertilizantes. Com isso, o custo de implantação da safra tende a subir, elevando também o valor econômico das lavouras seguradas e ampliando a base de cálculo dos prêmios de seguro rural.

Diante desse novo ambiente de risco, Toyama defende uma combinação de medidas estruturais para fortalecer o sistema de proteção no campo. O Brasil ainda enfrenta limitações no orçamento de subvenção ao prêmio de seguro rural que restringe a cobertura de áreas agrícolas em um cenário internacional mais volátil como o atual. A falta de recursos contribui para a redução da área plantada segurada. Para este ano, o governo está remetendo um valor aproximadamente de R$ 1 bilhão, com possibilidade de veto.

“A grande briga do setor está em ter a consistência do orçamento para 2026 e derrubada do veto pelo Congresso Nacional nas próximas semanas, o que daria mais tranquilidade para as seguradoras e o segmento agropecuário poder se planejar em relação à consideração em termos de seguros”, concluiu.

Em anos em que o custo da produção está elevado e os preços da commodity sendo pressionados com queda de preços, as margens dos produtores são bastante afetadas, logo, o programa de política pública deixa o produtor menos vulnerável em relação às volatilidades climáticas.

Fonte: CNseg, em 14.04.2026.